



Educação e política: Paulo Freire contra a extrema-direita

João Paulo Araújo Pimentel Lima



Paulo Freire é um nome basilar das teorias da libertação. Ultrapassando o âmbito pedagógico, suas ideias serão aproveitadas não apenas de forma acidental, mas, muitas vezes, sustentarão a construção teórica de outras áreas, como nas abordagens teológicas e filosóficas (MANCE, 2022). Sua importância, não obstante, avança para além da América Latina¹. Em 2016, um levantamento feito pelo *London School of Economics* apontou a *Pedagogia do oprimido* como a terceira obra mais citada em trabalhos científicos pelo mundo na área de humanidades, e a primeira mais citada na área específica de educação; além disso, a *Pedagogia do oprimido* aparece na lista dos 100 livros mais pedidos em universidade de língua inglesa - o único representante brasileiro na lista (MONTESANTI, 2016). Sem dúvida, o pensamento de Freire continua atual e repercutindo em todos os cantos do globo.

Mas no Brasil a situação é um pouco diferente. Apesar de ter sido nomeado Patrono da Educação Brasileira em 2012, a obra de Paulo Freire nunca desfrutou do destaque que merecia. Suas ideias passaram longe da escola brasileira, mesmo quando o partido que ajudou a criar esteve no poder². Nos últimos anos, com a ascensão de forças conservadoras, Paulo Freire virou um alvo e os problemas da educação brasileira foram a ele associados injustamente. Na verdade, desde o governo Michel Temer o país tem se aprofundado numa concepção neoliberal de administração pública, e para a educação foram realizadas reformas, ou melhor, contrarreformas de caráter empresarial

¹ O reconhecimento da genialidade da obra de Paulo Freire o levou a receber seu primeiro título de *Doutor Honoris Causa* ainda em 1973 pela Universidade Aberta de Londres. Desde então vem colecionando dezenas de títulos por universidades ao redor do mundo, sendo a maior parte deles por instituições estrangeiras (FREIRE, 1996, p. 52).

² A ideia de uma educação libertadora, promotora da conscientização e com formação cidadã jamais foi levada a cabo nos governos petistas que, ao contrário, sucumbiram aos ditames das organizações internacionais e às parcerias com o setor privado nacional encarnado em seus institutos e fundações empresariais. Sobre esse tema ver a obra de Freitas, *Reforma empresarial da educação* (2018).

alinhadas a essa concepção³. Paulo Freire nunca esteve tão distante da educação do nosso país, e talvez, esse seja o momento em que se faz mais necessário resgatá-lo.

Educação e política

Qualquer sistema educacional e seus modelos curriculares e pedagógicos perseguem um fim. Cada sociedade pensa sua forma de educação para atender objetivos previamente estabelecidos. Essa decisão, em qualquer caso, é política. Por isso, a neutralidade na educação é uma grande falácia. Ora, se faz parte da educação a formação das subjetividades, será a política a determinar esse padrão de subjetividades. Será por meio da política que irá se decidir que currículo aplicar, quais conteúdos estudar e, em muitos casos, a metodologia posta. Portanto, o nível de compreensão que certa sociedade possui da realidade é resultado direto do modo como a educação dessa sociedade foi confeccionada.

Numa sociedade dependente, com desigualdades e negação de direitos, uma proposta educacional capaz de oferecer ao educando as explicações e os porquês de sua negatividade pode, com o tempo, contribuir com os movimentos históricos que venham a transformar tal sociedade. Nas palavras de Marcondes:

Uma educação libertadora é aquela que tem como metodologia o diálogo e como conteúdo, o conhecimento crítico da realidade, promovendo a real inserção dos sujeitos que se educam em suas condições históricas, ou seja, uma imersão em seu tempo e em seu espaço. O efeito de uma educação libertadora é a mudança de atitude diante da realidade, estimulando a ação refletida no mundo e com o mundo. Lembramos ainda que, para Paulo Freire, a educação é processo permanente assim como é o próprio processo de libertação (2022, p. 21).

Por outro lado, se os conteúdos escolares foram orientados a desprezar os aspectos humanos, sociais, políticos e econômicos que possibilitam a compreensão da realidade, muito dificilmente as massas oprimidas irão conseguir dentro de sua experiência educacional desvelar as estruturas de opressão. Neste caso, a educação teria a função de favorecer uma minoria que lucra com essa situação, ajudando a manter a realidade cristalizada. Mas mesmo nessas condições, algo pode ser feito.

³ Sobre as contrarreformas na área da educação e o aprofundamento do modelo neoliberal a partir dos governos Temer e Bolsonaro, ver o artigo de LIMA, OLIVEIRA e CHAGAS, *Avanço neoliberal, retrocesso na educação* (2021).

Devido as características dialéticas da dinâmica educacional, educador e educando podem em qualquer momento, até mesmo no contexto da educação institucional, promover o diálogo crítico acerca da realidade. A educação, portanto, pode cumprir um papel libertador⁴.

Para Paulo Freire, é impossível pensar em uma educação neutra. Educação e política estão intimamente unidas, pois a educação é uma forma política de intervenção no mundo (2020, p. 109). Qualquer pretensão de uma educação neutra, na verdade, esconde uma opção assumida (FREIRE, 2015, p. 160).

Refletindo sobre essa impossível neutralidade, ele argumenta na *Pedagogia da autonomia*:

Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivos, sonhos, utopias, ideias. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra. (2020, p. 68).

A insistência e a coragem de Freire em desmascarar os defensores da “neutralidade” era parte fundamental do seu trabalho pedagógico. Educa-se em vista da conscientização, ou seja, em vista da transformação. Por isso, a educação é política, porque seu resultado se observa na intervenção que homens e mulheres realizam no mundo, e isso não pode ser confundido com trabalho partidário ou ideológico. Uma educação que se restringe a uma concepção demasiada instrumental, que não estimula a compreensão crítica da realidade, não é neutra, pois funciona para os interesses de quem não deseja mudança ao sistema já estabelecido. Sobre essa falsa neutralidade, destaca Chacon:

Uma educação que pressupõe o ser humano enquanto ser de ajustamento, de acomodação, incapaz de transformação e que, além disso, tem como única margem de ação pedagógica a memorização de conteúdos desconectados da realidade, consiste, em si mesma, em um instrumento ideológico de opressão (2023, p. 114).

Paulo Freire não se furtou desse tema espinhoso nem quando assumiu a Secretaria de Educação do município de São Paulo, sob a administração da petista Luiza Erundina. Em sua posse, discursando

⁴ Gadotti resume bem a relação entre uma educação dialógica e seu papel político: “Em Paulo Freire, o diálogo dos oprimidos, orientados por uma consciência crítica da realidade, aponta para a superação do conflito destes com seus opressores [...]. Em Paulo Freire o diálogo não é só um encontro de dois sujeitos que buscam o significado das coisas – o saber – mas um encontro que se realiza na práxis – ação + reflexão –, no engajamento, no compromisso com a transformação social [...]. Em Paulo Freire o diálogo tem uma clara conotação política” (1998, p. 15).

defronte a secretaria, afirmaria com clareza que sua missão a frente da pasta não era apenas técnica, mas política (HADDAD, 2019, p.197).

A agenda conservadora e seu antídoto

Na pauta educacional da extrema-direita e do conservadorismo brasileiro que chegou ao poder em 2019 com Jair Messias Bolsonaro, três projetos possuem primazia. O ataque ao magistério e ao pensamento crítico denominado *escola-sem-partido*, consiste num projeto de lei que não funcionaria como o nome habilmente sugere, mas tornaria institucional a perseguição a professores em nome de uma única visão a ser replicada na escola: a ideologia conservadora. A ampliação da já existente e problemática escola cívico-militar, que foi impulsionada no governo Bolsonaro e recebida com satisfação até mesmo em estados governados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como o nosso (governado na época pelo atual Ministro da Educação, Camilo Santana), que aderiu ao programa recebendo duas unidades. Por último, a defesa da educação domiciliar, inspirada no *homeschooling* norte-americano. Essas três investidas contra a escola pública e à criticidade do educando também são abordadas por Lima, Oliveira e Chagas (2021), mas gostaríamos de destacar como Paulo Freire entra nesse debate. Ele é justamente atacado por ser o antídoto para os três projetos: no lugar de uma “escola sem partido”, uma escola que estimula a conscientização e a participação política; para superar a disciplina militarista e o modelo vertical de educação bancária, um ensino crítico, mediatizado pelo mundo, que valoriza os saberes do educando e que forma através da prática de liberdade; ao invés do solipsismo do ensino domiciliar, uma educação dialógica, que estimula a comunhão e a ação coletiva.

Além do avanço da agenda conservadora, a influência empresarial conseguiu emplacar na educação básica uma profunda alteração didática e curricular com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio. Com o retorno do PT ao poder, sindicatos, estudantes e professores já pressionam pela revogação dessas reformas. Seria uma excelente oportunidade para construir uma nova reforma, que valorizasse a contribuição intelectual dos nossos educadores, como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Demerval Saviani etc.

O cenário que se desenha, no entanto, não é tão animador. O governo parece não dedicar à área da educação prioridade, e a “reforma da reforma” do ensino médio se encaminha no congresso para alterar apenas os pontos mais gritantes do modelo vigente. O atual ministro da educação limitou-se a encerrar o programa de escolas cívico-militares orquestrado no governo anterior, mas nada propôs para encarar as centenas de escolas militares mantidas por estados e municípios. Ao que parece, não

há preocupação com a formação das subjetividades, não importa se nossos jovens não encontram um ambiente escolar que estimule o pensamento crítico, que possa fazer frente ao crescente fundamentalismo religioso e que contribua para desmascarar a enxurrada de desinformação que corre nas mídias virtuais. Mesmo com a mudança de governo, a tarefa de “pensar” a educação ainda é centralizada pelo setor empresarial (SALES, 2023) e isso pode custar caro ao futuro do país.

Conclusão

Mesmo trazendo uma profunda reflexão sobre os fins da educação e sua relação com os nossos problemas, Paulo Freire continua fora do nosso currículo oficial. Uma verdadeira reforma educacional que trouxesse uma nova base curricular e uma nova concepção didática-metodológica – totalmente diversa do modelo das *habilidades e competências* – poderia oferecer ao país, elementos para a leitura crítica da realidade e para a sua transformação, atendendo, enfim, às necessidades da maior parte da população que vive em meio a dificuldades diversas e não possuem seus direitos efetivamente garantidos, e que por isso caem muitas vezes nos discursos falaciosos extremistas que se sustentam unicamente no ódio, no ressentimento e nas nossas frustrações. Num ambiente de negação do desenvolvimento da vida em plenitude, onde não há garantia do mínimo de dignidade e satisfação material, não é tão difícil transformar a revolta e as privações individuais em um ódio que procura de forma simplória culpados e soluções mágicas ou messiânicas. Uma verdadeira reforma educacional, deveria, portanto, buscar em Freire sua inspiração. Promover uma educação libertadora, promotora da conscientização, que mobilize as massas na busca do reconhecimento de seus direitos, ainda é o desafio pedagógico da nossa época.

Referências

CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida. **10 lições sobre Paulo Freire**. Petrópolis: Vozes, 2023.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1998.

FREIRE, Ana Maria Araújo. A voz da esposa: A trajetória de Paulo Freire. *In*: GADOTTI, Moacir (Org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural: para a liberdade e outros escritos**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 63. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão popular, 2018.

HADDAD, Sergio. **O educador**: um perfil de Paulo Freire. São Paulo: Todavia, 2019.

LIMA, João Paulo Pimentel; OLIVEIRA, Rayssa; CHAGAS, Eduardo Ferreira. Avanço neoliberal: retrocesso na educação. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4248>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MANCE, Euclides. **Filosofia da libertação**: histórico, vertentes, críticas e perspectivas. Passo Fundo: Conhecer, 2022.

MARCONDES, Ofélia. Paulo Freire: um panorama histórico-filosófico. **Revista Cactácea**. v.02, n.05, jul. 2022.

SALES, Ana Gabriela. As cabeças da Fundação Lemann por trás da inutilidade do MEC. **GGN**. 20 Dez de 2023. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/educacao/tvggn-as-cabecas-da-fundacao-lemann-por-tras-da-inutilidade-do-mec/> Acesso em: 22 Mar 2024.

Autor

João Paulo Araújo Pimentel Lima

Doutor em Educação (UFC), Servidor Público, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6856521396882542>